

O JOVEM NEGRO E O ENSINO SUPERIOR: Conflito e consciência social em um estudo para a Cidade de São Paulo

**[YOUNG BLACK AND UNIVERSITY EDUCATION:
Conflicts and social awareness in a study for the City of São Paulo]**

Rogério Tineu

RESUMO: O artigo busca apresentar, por um lado, a evolução do ensino superior e a construção das condições mínimas para que os indivíduos negros e pobres conseguissem chegar à universidade e, por outro lado, como fruto dessa nova realidade, surgem conflitos raciais dentro da universidade o que seria de se esperar, pois a sociedade brasileira é hierarquizada e estruturada pelo racismo. A maioria desses jovens estudantes negros vive em condições de desigualdade socioeconômica; a universidade é vista como oportunidade à mobilidade social ao criar possíveis condições de inclusão e sociabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior; População negra; Racismo; Sociabilidade.

ABSTRACT: On the one hand, the article presents the evolution of university education and the construction of the minimum conditions for black and poor individuals to get to university and, on the other hand, as a result of this new reality, racial conflicts arise within the university, which would be expected, because Brazilian society is hierarchized and structured by racism. Most of these young black students live in conditions of socioeconomic inequality; the university is seen as an opportunity for social mobility by creating possible inclusion and sociability conditions.

KEY WORDS: University education; Black population; Racism. Sociability.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a chegada da população negra nas universidades é de fundamental importância sob o ponto de vista da inclusão e da melhoria das condições de vida dessa significativa parcela da população brasileira.

O presente artigo discute como foram construídas as condições sociais e políticas que propiciaram a chegada do negro no ensino superior e como reflexo disso, ocorrem conflitos raciais, já que tradicionalmente a universidade no Brasil sempre foi um espaço de brancos. Com isso o branco aprende a conviver com outros grupos sociais/étnicos ou acaba por expor todo seu racismo, por sua vez o negro adquire consciência social e racial ao se defrontar com seu par dialético, racista, por outro lado, cria laços de convivência e sociabilidade.

Aqui cabe fazer três destaques, o primeiro é em relação ao termo “raça” que é empregado neste trabalho não sob a perspectiva biológica, mas no sentido sociológico, político e ideológico. Como ensina Munanga (2000), o conceito de raça é carregado de ideologia, pois esconde algo não dito, não proclamado e que se configura pela relação de poder e de dominação. Munanga (2000, p. 29) afirma que a maioria dos pesquisadores brasileiros que atua na área das relações raciais emprega o conceito de raça para explicar o racismo, e não a realidade biológica dos indivíduos, pois o fenômeno do racismo continua a se basear na crença de raças hierarquizadas. O racismo se mantém pelo esquema político-ideológico, independentemente da nomenclatura utilizada para se referir à população negra. Procura-se aqui seguir a recomendação de Munanga (2000, p. 30) que afirma, em seus trabalhos, que ao invés de usar os conceitos “raça negra” e “raça branca”, utiliza “Negros”, “Branços”, “População Negra” e “População Branca”, sempre no sentido sociológico e político-ideológico.

Em segundo lugar, deve-se entender que a palavra “negro” ou “população negra” diz respeito a soma dos indivíduos que se auto declaram pretos ou pardos conforme terminologia adotada pelo IBGE.

O terceiro destaque faz referência às entrevistas apresentadas ao longo deste trabalho, pois foram colhidas durante a pesquisa doutoral do autor entre os anos de 2017 e 2018. Os depoimentos dos quatro entrevistados aqui apresentados são jovens universitários negros e moradores ou oriundos de regiões periféricas da cidade de São Paulo. A seguir a Tabela 1 que apresenta a síntese do perfil dos entrevistados.

Tabela 1 – Síntese do perfil dos entrevistados

Estudante	Idade	Sexo	Curso	IES	Local de origem	Local atual de moradia	Trabalha
DM	24	Fem.	Relações Públicas	Belas Artes	Periferia de São José dos Campos	Vila Mariana – república de estudantes	Sim
AC	28	Fem.	Administração	Unicid	Itaquera	Itaquera – com marido e filha	Sim
MB	20	Fem.	Ciências Contábeis	PUC-SP	Pro-morar – Parque São Rafael	Perdizes – república de estudantes	Sim
GO	19	Masc.	Direito	Unicid	Favela do Parque do Carmo.	Itaquera – vive com os pais em residência própria	Não

Fonte: Tineu (2019)

O NEGRO E O ENSINO SUPERIOR

O jovem negro, ao tomar para si o espaço da universidade, intensifica os seus laços internos e espera ter a possibilidade de construir pontes para fora de sua comunidade, quase sempre localizada na periferia. O ensino, de forma geral, mas muito especialmente o de nível superior, classifica-se como uma das condições para a redução das consequências da segregação, pois aumenta a sociabilidade interracial e interclasses e as possibilidades de diminuição da desigualdade social, por inserir o negro no mercado de trabalho de maneira competitiva e disputando os cargos profissionais mais bem remunerados. O convívio entre brancos e negros de maneira mais igualitária reforça os vínculos e laços sociais não só na universidade e no ambiente de trabalho, mas servindo como uma espiral positiva que se projeta por toda a sociedade e invadindo as gerações futuras.

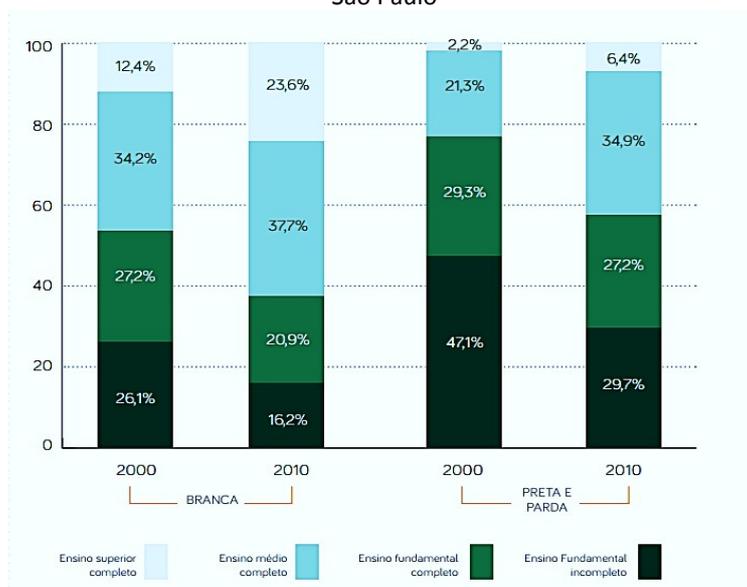
De acordo com os dados compilados por Hasenbalg (2005, p. 201), no ano de 1973, somente 6,1% do total da população dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio grande do Sul haviam se formado no ensino superior. Do total da população branca desses mesmos estados, 7,5% tinham curso superior e, do total da população negra, apenas 0,5%. Nos demais níveis de ensino, o padrão se repete, como, por exemplo, o ensino médio, em que a população branca formada era de 11,5% contra 2,1% da população negra com esse nível de formação. O mais

alarmante é o índice de analfabetismo: 21,2% da população branca *versus* 37,4% da população negra.

Nas últimas três décadas, observou-se uma evolução significativa, mas ainda distante do ideal, do acesso do jovem negro de 18 a 24 anos à universidade. Os dados totais da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua) apontam que, em 1993, apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade, contra uma proporção de 7,7% dos jovens brancos. Em 2002, a proporção salta para 3,8% de negros e 15% de brancos.

As políticas públicas, marcadamente a partir de 2003, voltadas para o ensino superior produziram mudanças no cenário desse nível de ensino principalmente no que tange à questão da raça. Com base na Pnad Contínua de 2005, apenas 5,5% dos jovens negros, entre 18 e 24 anos, estavam na universidade e, em 2015, esse percentual salta para 12,8%. Comparativamente aos jovens estudantes brancos, os percentuais são bem diferentes: em 2005, estavam na universidade 17,8% deles; já em 2015 são 26,5%. O crescimento do número de alunos negros, em termos relativos, foi maior do que o de brancos, o que evidencia a eficácia das políticas públicas para o acesso ao ensino superior, contudo ainda distante do ideal. Entre a população brasileira com 25 anos ou mais (cerca de 130 milhões de pessoas), a Pnad de 2016 mostra que 15,3% haviam concluído o ensino superior. Entre a população negra, somente 8,8% tinham nível superior e, para os brancos, o índice chega a 22,2%. Na região Sudeste, 25,6% dos brancos possuem ensino superior, contra 9,0% dos negros.

Gráfico 1 - Evolução do nível de escolaridade dos indivíduos entre 18 a 39 anos moradores da cidade de São Paulo



Fonte: Relatório Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios SMPiR – SP

Essa evolução do acesso à educação também se evidencia junto aos moradores da cidade de São Paulo. Os dados da Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial mostram que, no ano de 2000, 12,4% dos cidadãos brancos com idade entre 18 e 39 tinham formação superior, contra apenas 2,2% da população negra. Em 2010, as proporções são de 23,6% de brancos e 6,4% de negros com formação superior na cidade de São Paulo, conforme indica o Gráfico 1.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A ampliação do número de IES (instituições de ensino superior) no Brasil dobrou no período compreendido entre os anos de 2000 e 2013, indo de 1.180 para 2.391. Esse aumento se deu substancialmente no setor privado, conforme apontam os dados do Semesp (2015), segundo os quais no ano de 2000 havia 1.004 IES particulares no país e, em 2013, somavam-se 2.090 IES, sendo que, apenas entre os anos de 2000 e 2002, o incremento foi de 438 IES, perfazendo um total de 1.442, o que resulta numa taxa de 146 IES criadas por ano para este período. Entre o período de 2003 e 2013, o aumento de IES particulares foi de 648, totalizando 2.090 instituições a uma taxa de crescimento de IES da ordem de 58,9 por ano. Em relação às universidades públicas,

foram criadas 125 IES no período de 2000 a 2013. No ano de 2000, o país contava com 176 IES e em 2013 esse número saltou para 301. Entre os anos 2000 e 2002 foram criadas 19 IES públicas, a uma taxa de crescimento de 6,33 instituições por ano. Para o período seguinte, 2003-2013, foram criadas 106 IES, a uma taxa de 9,63 IES públicas por ano.

Tal expansão do número de IES no país refletiu no número de matrículas nos cursos presenciais. Em 2000, o número total de matriculados era de 2,7 milhões e em 2013 passou a 6,2 milhões, sendo que, para o ano de 2013, 26,8% dessas matrículas foram realizadas no Estado de São Paulo, e só na RMSP foram 920.293, cerca de 15% das matrículas em 233 IES.

Também em 2000, 67% dos alunos estavam matriculados na rede privada; já em 2013, subiu para 71% do total de alunos matriculados no ensino superior, o que evidencia uma participação menor do Estado, embora a criação de IES federais tenha sido significativa entre os anos de 2003 a 2013, e isso possibilitou também, por meio da política de cotas, um ingresso significativo de alunos negros.

O crescimento do ensino superior no Brasil se deu por diversos motivos, seja pela aprovação de leis com forte cunho neoliberal, ainda nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que transferiu para o setor privado a expansão do número de vagas, ou ainda pela adoção de políticas públicas adotadas de forma significativa a partir de 2003 (governo Luís Inácio Lula da Silva), como o Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ações afirmativas (a política de cotas é um exemplo) e, de maneira mais abrangente, a valorização da população negra e mestiça. Contudo vale lembrar que as políticas governamentais de ampliação do ensino superior surgem em 1996, a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394/96).

Em meio a um intenso debate político e ideológico em torno das ações afirmativas, em particular as políticas de cotas e o Prouni, vários grupos e indivíduos questionam sua eficácia. Aqueles que são contrários a tais ações afirmam que os alunos que adentram a universidade pelo sistema de cotas, sabidamente negros e

pobres, rebaixariam o nível da educação e, caso não se evadissem, seriam formados como profissionais de segunda categoria. Tais afirmações são fruto de uma posição racista e elitista e isso se explica pelo fato de não estarem assentadas em dados e estudos científicos, mas apenas em convicções oriundas da branquitude e, ainda, de uma visão individualista e unilateral da realidade. De acordo com Crepalde e Silveira (2016), o efeito escola faz com que o aluno supere as desigualdades iniciais, pois tendem a se equiparar dentro das IES, isso demonstra que as escolas têm a capacidade de equiparar o treinamento de indivíduos.

Em função das modificações pelas quais o ensino superior brasileiro passou nas últimas duas décadas, Crepalde e Silveira (2016), baseados nos dados do Enade 2014 (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), elaboraram estudos sobre o desempenho dos alunos universitários e a desigualdade educacional. Os autores destacam seus principais achados, resumidos da seguinte forma: a) o efeito das escolas sobre o desempenho dos alunos supera as diferenças de desempenho por sexo, raça e renda familiar; b) as desigualdades se comportam de maneira distinta em cada curso chegando, algumas vezes, a desaparecer.

Independentemente da abordagem ideológica, o avanço das políticas públicas e das ações afirmativas trouxeram dignidade e a possibilidade de conquista do respeito por parte dos alunos negros. Nesse sentido, o relato de GO é esclarecedor, pois ele sente-se desrespeitado como jovem negro da periferia e, segundo ele:

Só o fato de uma pessoa estar cursando Direito, há um olhar diferente e também por causa, que leva muito em conta, do racismo. Porque tem muita gente aí que vê uma pessoa negra, na rua, de terno e aí acha que é o irmão da igreja. (...) As pessoas assim, que têm uma mente mais fechada, têm uma mente pequena, ela mesmo se limita, ela não, como posso dizer, ela acha que a pessoa, por estar ali de terno e ter a pele escura, ela acha que a pessoa só é irmão da igreja, a pessoa para ela não pode ser um advogado, não pode ser um juiz.

A fala de GO revela o estereótipo que recai sobre o negro. Posteriormente, o entrevistado frisa que não há demérito em ser evangélico (neopentecostal), mesmo porque ele e sua família são evangélicos. O que GO questiona é o estereótipo do negro que, quando usa terno, é apenas para ir ao culto. Para ele, cursar Direito, ser advogado ou juiz não é mais um sonho, é uma realidade, daí sua rejeição em relação ao

estereótipo do “negro evangélico”, que parece não permitir a existência de outras possibilidades de vida e de carreira.

GO é aluno do curso de Direito da Unicid, tem 19 anos, está desempregado e os pais o ajudam a pagar as mensalidades. Até os 10 anos, GO morou em uma favela próxima ao Parque do Carmo, na zona Leste da cidade de São Paulo. Hoje, ele, seus pais e suas duas irmãs menores moram em uma casa de alvenaria em terreno comprado por seus pais em Itaquera. Sua mãe é faxineira/costureira e o pai é funcionário terceirizado e faz instalações em uma empresa de telecomunicações.

Para GO, o curso superior traz respeito e dignidade. Ele afirma que, quando diz que é estudante de Direito, todos o olham de maneira diferente, com admiração e respeito. Ele se sente à vontade na universidade, pois convive com outros jovens negros e moradores da periferia como ele. Sente, no entanto, falta de professores negros, e não sem razão, pois o curso que frequenta conta com cerca de 20 professores e apenas dois são negros. A universidade o fez mudar seu olhar sobre o mundo, já que agora existem perspectivas de melhora de vida e também de ser respeitado. Ele faz planos para o futuro: depois de formado, além de advogar, também quer ser professor e quer poder ajudar a família, principalmente contribuir com a formação da irmã caçula.

A pouca presença de professores negros não ocorre somente no curso que GO frequenta. De acordo com Moreno (2018), o levantamento feito pelo G1 a partir dos microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostra que, no ano de 2017, 392.036 pessoas davam aulas em universidades públicas e particulares do Brasil, mas só 62.239 delas, ou 15,9% do total, se autodeclararam pretas ou pardas.

O número de professores negros na universidade cresceu pouco nos últimos anos: em 2010, os negros respondiam por 11,5% das vagas de docentes do ensino superior.

Tabela 2 - Titulação dos professores negros nas universidades públicas e privadas no ano de 2017

Titulação	%	Quantidade
Doutor	17,6	17.699
Mestre	24,4	28.329
Especialista	27,6	14.459
Graduado	30,4	752
Total	100,0	62.239

Fonte: Tineu (2019), elaborado a partir dos dados do Inep extraídos de Moreno (2018)

A Tabela 2 apresenta menor percentual de professores negros nas titulações superiores. Isso se deve à recente popularização do ensino superior no Brasil por meio de políticas públicas, conforme dados aqui apresentados, que resultou no maior ingresso de negros na universidade. Desconsiderando outros fatores, somente o fator tempo revela o gargalo na formação de doutores, já que, em tempo contínuo, a formação na graduação, mestrado e doutorado leva, pelo menos, dez anos.

PERCURSOS DE VIDA: MOBILIDADE SOCIAL E ACESSO DESIGUAL

O jovem negro morador da periferia enfrenta diversos obstáculos ao longo de seu percurso de vida, e a chegada à universidade é uma primeira etapa que se finda. Porém, a maioria dos obstáculos ainda permanece em maior ou menor grau: a desigualdade socioeconômica, a origem social, a moradia distante da universidade e do trabalho, o baixo capital social, o viver em risco constante em função da violência e o fator principal, a constante dessa equação, a discriminação racial. Esse último fator explica a dificuldade da mobilidade socioeconômica do negro quando comparado ao branco com a mesma origem social.

A transmissão do capital cultural está relacionada diretamente ao fator origem social, o que, de acordo com Bourdieu (2007a, p.42), mostra as desigualdades frente à

escola e à cultura, revelando que a influência do capital cultural “(...) se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito escolar da criança”. O autor cita os dados da pesquisa de Paul Clerc, na qual a parcela de bons alunos em uma amostra da quinta série cresce em função da renda de suas famílias, porém, com o mesmo nível de diplomação dos pais, a renda não exerce influência alguma sobre o êxito escolar dos filhos. Entretanto, para o estrato de pais com mesma renda e nível superior, o desempenho escolar dos filhos é substancialmente melhor em relação ao estrato de pais sem nível superior. Mais do que o diploma dos pais, é o nível cultural global da família o determinante para o melhor desempenho escolar e cultural dos filhos.

Os dados ainda apontam que o desempenho escolar dos filhos de pais com nível superior (77%) é melhor ao dos filhos que tenham apenas um dos pais diplomados (62%). Bourdieu (2007a, p. 60) afirma que a existência de ligação tão forte entre a instrução formal e a frequência a museus (espaços de arte em geral) explica-se somente pela escola, pois é ela, a escola, que desenvolve na criança “(...) a aspiração à cultura, mesmo à cultura menos escolar”.

O capital social é outro fator que está intimamente ligado à transmissão do capital cultural, até mesmo potencializando-o, e este está ligado à origem social do indivíduo. Segundo Bourdieu (2007b: 67): “O capital social é o conjunto de recursos ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento (...)”, ou seja, está vinculado a um grupo social de indivíduos dotados de propriedades comuns percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos e também estão unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações ocorrem em função da proximidade do espaço físico, econômico e social e, por serem fundamentadas em trocas materiais e simbólicas, sua instauração e perpetuação supõe o reconhecimento dessa proximidade. Portanto o volume de capital social que um indivíduo possui depende do tamanho da rede de relações de que ele dispõe e está inserido no sentido de poder efetivamente utilizá-la e do volume de capital (econômico, cultural e simbólico) de propriedade de cada um dos membros da sua rede.

A falta de capital social e o choque cultural podem gerar insegurança, estranhamento e uma diminuição da autoestima dos jovens negros e pobres, principalmente quando estão fora de seu local de vivência. Esses jovens se deparam com isso ao trabalharem ou estudarem na parte rica e branca da cidade de São Paulo, pois passam a conviver com um capital econômico, cultural e simbólico, de certa forma, desconhecido. Uma nova conduta se impõe e passam a sentir a discriminação de maneira direta, seja pela cor da pele, origem social ou local de moradia.

O caso de AC, aluna do curso de Administração de Empresas da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), ilustra bem essa situação de insegurança por falta de capital social e discriminação pela origem social. AC tem 28 anos, é casada, mãe de uma menina de um ano, mora em Itaquera em casa própria e o marido tem 39 anos, é negro, de origem muito pobre, formou-se em Administração de Empresas pela Unicid, há dez anos passou em concurso público do Banco do Brasil e hoje é gerente de agência bancária. AC foi criada em uma família desestruturada até os dez anos e sofreu espancamentos severos pela família do pai; a mãe, faxineira, possui graves problemas cardíacos e ambas foram acolhidas na casa do tio materno, onde receberam afeto e estrutura familiar. AC tem o tio como um pai.

Atualmente AC dirige uma importante ONG que cuida de moradores de rua na cidade de São Paulo, mas antes disso trabalhou como faxineira, babá, teve uma passagem como assistente administrativa na mesma ONG e, quando estava com 19 anos, entrou no curso de Ciências Contábeis na Unicid e, com isso, foi admitida em uma grande empresa de auditoria, onde trabalhou por quase cinco anos, chegando a ser auditora sênior e coordenadora de equipe, cargo anterior ao de gerente.

Ela afirma que trabalhou muito e por isso não conseguiu concluir o curso de Ciências Contábeis. Nesse período, ela era a única funcionária negra, exceto por um breve tempo, quando foi contratada outra estudante negra moradora de Guaianases. Foi o único momento, segundo ela, que se viu em alguém, que se identificou com alguém. De resto, quase sempre houve estranhamento e não pertencimento. Contudo sua fala evidenciou certa insegurança ou receio de voltar a conviver com o mundo corporativo de gente branca, até mesmo de morar em bairros mais abastados e

brancos da cidade, talvez pelo fato de ter percebido que seu capital social é distante e diferente, que sua rede de convívio e seus valores estão na periferia entrelaçados com as questões sociais e familiares.

Segundo Osório (2008, p. 95), a origem social é o principal fator da reprodução da desigualdade social. Em outras palavras, na sociedade brasileira, o filho do pobre tem grande possibilidade de continuar pobre e o filho do rico, de continuar rico. A acumulação de riqueza ocorrerá em função da reprodução da pobreza, da exploração da miséria e das mazelas sociais existentes. Ainda conforme Osório (2008), “(...), todavia, não deve colocar em segundo plano a importância da discriminação racial”, pois, a rigidez do regime brasileiro de mobilidade, mesmo na condição de inexistência da discriminação racial, por si só “(...) faria com que a desigualdade racial perdurasse por muito tempo. Mas ela se reduziria progressivamente, e se isso não ocorre, é porque a discriminação provoca a estagnação e a estabilidade.”

A discussão sobre a não mobilidade e o acesso desigual, determinados pela origem social e pela discriminação, não é assunto estritamente acadêmico e contido em livros que circulam somente na academia. A grande mídia expõe essa tragédia nacional, mas parece a branquitude ser um fator que impede, de maneira não racional, a compreensão dessa realidade. A reportagem escrita por Fernanda Perrin e publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 15 de dezembro de 2017 apresenta de maneira clara e didática os dados da pesquisa Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE.

O título da matéria, por si, já é bastante revelador ao afirmar que “Filho do topo tem 14 vezes mais chance de seguir nele do que pobre ascender”. Além disso, Perrin (2017), tendo como base os dados do IBGE, destaca que a possibilidade da mobilidade de longa distância (quando pessoas dos estratos mais baixos ascendem ao topo) ocorrer é pequena. O mais comum, em que metade da população melhora de vida em termos de ocupação, ou seja, que o filho melhore sua ocupação em relação aos pais, é a mobilidade de curta distância, como, por exemplo, a filha do lavrador se tornar empregada doméstica. A mobilidade é mais frequente nos estratos inferiores.

Quando se considera o gênero e a raça na mobilidade de longa distância, os dados do IBGE apontam que a ascensão social ocorreu com 6,4% dos homens negros, com 11,1% das mulheres negras, com 14,4% dos homens brancos e com 19,5% das mulheres brancas. Ainda na análise de longa distância, o indivíduo branco tem o dobro de chances de migrar dos estratos mais inferiores para o topo da pirâmide social do que o negro. Mais uma vez, o fator discriminação racial aparece como impeditivo à ascensão social do negro.

A reportagem também mostra que a mobilidade educacional é maior do que a mobilidade ocupacional. Nas situações em que os filhos estudaram mais do que os pais, 68,9% deles melhoraram seu nível educacional em comparação aos seus genitores. A jornalista também observou que, de acordo com a pesquisa, quanto menor o nível educacional dos pais menor também a possibilidade de os filhos progredirem na carreira escolar. Apenas 4,6% dos filhos de pais sem instrução concluíram o ensino superior; já para os filhos de pais com nível superior, esse percentual chega a 69,6%. O fator cor ou raça altera o efeito do maior nível de instrução sobre os filhos: entre os brancos, indivíduos que concluíram o ensino superior e são filhos de pai que concluíram o ensino médio, ou têm superior incompleto, o percentual é de 49,5%; já entre os negros, esse percentual cai de maneira significativa para 28,4%.

O trabalho de Torres *et al* (2005, p. 139-140) sobre educação e segregação social e o efeito das relações de vizinhança indica que as desigualdades regionais e intraurbanas, especificamente para o caso de São Paulo, embora no resto do Brasil não seja diferente, evidencia que a escola parece lidar pior com negros e meninas em função de uma pretensa universalização. Além disso, ao entrar no sistema educacional, as crianças já são desiguais e “ter colegas igualmente oriundos de famílias pobres e de baixa escolaridade reforça essa desigualdade.” Os autores destacam que, para além das desigualdades econômicas, o papel do gênero, da raça e do local de moradia exerce forte influência não só para a conclusão do ensino médio, mas também para dar prosseguimento e aprofundamento aos estudos. Os negros e os moradores da periferia compõem grupos sociais de maior risco, o que requer políticas públicas específicas.

Em uma cidade como São Paulo, os deslocamentos diários levam horas e isso pode ser determinante para as escolhas dos indivíduos, principalmente aqueles que moram nas periferias distantes. A pesquisa de Abdal e Navarra (2014) espacializou os *campi* das IES privadas que aderiram ao Prouni na cidade de São Paulo, com o objetivo de identificar os modos pelos quais os deslocamentos diários são empreendidos pelos prounistas que interagem com as dimensões de acesso, permanência e fruição do ensino superior. Para grande parte deles, deslocar-se entre casa, escola e trabalho é um ponto de fundamental importância para a escolha de qual IES frequentar, como também a sua permanência nela.

O chamado “eixo universitário” da cidade de São Paulo está ao longo do corredor Vila Mariana-Centro-Butantã, que contém os principais *campi* das IES públicas. Já as IES privadas estão mais dispersas ao longo das linhas de metrô e em regiões mais próximas das áreas periféricas da cidade, o que facilita o acesso dos estudantes e sua permanência na IES, à medida que os deslocamentos são menos exaustivos e mais rápidos.

Contudo, conforme destacam Abdal e Navarra (2014), a disposição das IES privadas na cidade favorecerem o acesso e a permanência nesse nível de ensino, “suas características, associadas ao perfil e às condicionantes estruturais dos próprios estudantes, podem levar a um tipo de experiência de ensino relativamente precária ou insuficiente.” Nesse sentido, os autores destacam a predominância de cursos noturnos nessas IES, de qualidade mediana, com estratégias competitivas em preço e processos de padronização e massificação do ensino com o objetivo de auferir economias de escala. Salas superlotadas, cursos apostilados, estrutura precária e salários baixos dos professores são algumas das ações que viabilizam o ensino superior como negócio, uma verdadeira *commoditie*. A oferta de cursos noturnos é fundamental, uma vez que o prounista ou o estudante com desvantagens econômicas e educacionais acaba por ter uma dupla condição, a de trabalhador e estudante, ainda que, em muitos casos, ele só seja estudante porque é um trabalhador.

A condição de estudante-trabalhador é explicada por Faht (2011, p. 108) pelo fato de o jovem saber que é fundamental o ensino superior para atingir seus objetivos,

além de ser a condição para manter seu emprego. No projeto profissional desse jovem, a graduação é parte integrante, mas o trabalho vem em primeiro lugar, pois sem ele não há como financiar os estudos no período noturno.

Esse estudante-trabalhador é carente de tempo e isso o faz permanecer na universidade somente o tempo dedicado às aulas, o que reflete em falta de tempo para estudar e viver o espaço da universidade de outras maneiras e com atividades importantes para sua formação. Exemplos são a participação em coletivos, movimentos sociais, atlética, centro acadêmico ou movimento estudantil, atividades artísticas, congressos, seminários, dentre outras atividades extracurriculares.

Abdal e Navarra (2014) concluem que, em relação ao processo de escolha da IES onde estudar, é determinante a proximidade do local de moradia e/ou de trabalho, principalmente em condições em que o candidato não perceba distinção nos padrões de qualidade das IES. Tal situação é ilustrada pelo relato de um aluno entrevistado pelos autores: “Uni por uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa”.

Com o crescimento da pobreza nas cidades, é difícil afirmar que no Brasil vive-se em uma sociedade aberta e, ao mesmo tempo, competitiva a ponto de não ser mais verdadeira a máxima segundo a qual “quem trabalha duro consegue chegar lá”. O desemprego e o subemprego atingem as camadas médias da população, em que pese o mito do esforço pessoal e da conduta honesta não se confirmar na prática. O trabalhador honesto e ético é vulgarmente tido como “otário” por quem está na ilegalidade ou comete atos ilícitos.

Para Kowarick (2009), o processo de destituição de direitos ocorre pela naturalização da pobreza, isto é, ser pobre é questão de sorte ou azar, obra do acaso, ocorre sobre uns e não sobre os outros. O fator sorte aparece de maneira enfática e espontânea na entrevista de AC. Ao descrever sua trajetória, quase no final da entrevista, ela se compara, de maneira terna e comovida, às suas amigas de infância e adolescência que estão em situação difícil e bem diferente da dela. Tentando mostrar que existem dois caminhos possíveis, ela não explica isso falando de escolhas, caráter, ou alguma explicação invocando a “ideologia do mérito”, mesmo porque ela entende

que isso é uma falácia. Contudo ela invoca o fator “sorte”, pois afirma ter tido mais sorte que suas amigas, como se fosse obra do acaso. Ao ser inquirida sobre o que é “sorte”, AC responde que essa sorte é determinada pelo trajeto de vida das pessoas. Para ela, devem ser analisados o seu passado, histórico familiar, origem social e local de moradia.

Surpreendentemente, mesmo sabendo de tudo isso, AC recorre ao fator sorte para explicar a não pobreza e mais uma vez sua fala explicita certo desprezo pela subalternidade conjugado à falta de um posicionamento político e ideológico claramente definido. Parece que ela tem reservas em assumir posicionamentos políticos e ideológicos, mesmo vivendo todos os efeitos do racismo, do machismo e da condição de classe subalterna.

A individualização do pauperismo e os fatos de estar desempregado, morar na favela, ser assassinado por bandido ou pela polícia são uma sina e o indivíduo, nesse contexto, é um coitado, portanto o pobre é um não sujeito. Na fala de GO fica evidenciada a sua indignação com a falta de respeito por parte do Estado, representado preferencialmente por brancos, que o tratam como se ele fosse um não sujeito, um não cidadão. Em certa ocasião, relata GO, quando namorava uma garota branca de seu bairro, o casal estava abraçado enquanto abria o portão de sua própria casa e, naquele exato momento, passou uma viatura da polícia e o policial perguntou para a moça se estava tudo bem. Como ela não entendeu a pergunta, tampouco viu sentido naquilo, o policial insistiu até que ela confirmasse que tudo estava bem. Eles entraram na casa e os policiais seguiram o seu caminho.

GO, ao relatar tal fato, emociona-se, seus olhos se enchem de lágrimas. É evidente que para ele não basta ser honesto, correto, trabalhador, estudante e temente a Deus. Sendo negro é o que basta para ser confundido com bandido e ser humilhado pelo Estado. Segundo ele, a namorada não compreendeu seus sentimentos de indignação e humilhação. Esses sentimentos e a condição de inferioridade que a sociedade tenta lhe impor são tão fortes que, ao longo de toda a entrevista, ele sublinhou aspectos que considera importantes em sua formação, como a honestidade,

a união familiar, os pais trabalhadores, os valores cristãos, a rejeição aos vícios, o não envolvimento com o crime, mesmo tendo sido morador de favela.

CONFLITOS RACIAIS NA UNIVERSIDADE

A universidade é o espaço do convívio, do debate, das trocas culturais e simbólicas e é o local de conhecer o outro. Também se notabiliza como espaço histórico das lutas sociais, políticas e ideológicas, portanto a universidade é o espaço da sociabilidade e do conflito. Em virtude do racismo, a experiência da sociabilidade deve ficar comprometida de alguma maneira. Contudo essa universidade, até o início dos anos 2000, era um espaço dominado por brancos, mas essa realidade se modifica por meio das políticas públicas e ações afirmativas implantadas pelo governo Lula no período 2003-2010. Os negros chegam não só às universidades privadas mais populares, mas também às universidades públicas por meio de cotas e às privadas mais renomadas e elitizadas por meio do Prouni, Fies ou ainda, como são estudantes-trabalhadores, algumas empresas pagam o curso superior.

Os quatro alunos entrevistados são unânimes em afirmar que existe conflito racial na universidade. Todos os alunos entrevistados, exceto DM, que estuda no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, concordam que a universidade é um espaço inclusivo. Tanto DM quanto MB, que estuda na PUC-SP, concordam que a universidade é espaço de brancos, provavelmente por estudarem em IES elitizadas com pouca presença de negros. AC e GO, que estudam na Unicid, discordam da ideia, provavelmente por existir nas IES mais populares e localizadas na periferia um número considerável de negros e pobres oriundos da periferia, corroborando a noção de democratização do ensino superior.

De acordo com a pesquisa de Tineu (2019) realizada com os alunos negros de diversas IES da cidade de São Paulo, 68% dos entrevistados concordam que a universidade é um espaço inclusivo, apenas 11% discordam disso, e os demais são indiferentes. Quando indagados se a universidade é um espaço de brancos, metade discorda da ideia, 18% se mostraram indiferentes e outros 32%, ou quase um terço dos respondentes, entendem que a universidade é um espaço de pessoas brancas. Já em relação à percepção de que a universidade é um local de conflitos raciais, 42% dos respondentes concordam com a afirmativa, 34% discordam e 24% dos respondentes se mostram indiferentes.

Esses conflitos raciais, percebidos principalmente dentro das universidades, denotam o conservadorismo a favor da manutenção das desigualdades por meio do binômio raça/classe e as dificuldades históricas dos menos favorecidos em adquirir capital cultural. Desde a constituição cidadã de 1988 e, de maneira mais objetiva, com o conjunto de políticas públicas do governo Lula, o Estado passou a ter papel decisivo não só na transferência de renda direta, como nos casos dos programas Bolsa Família e Passe Livre, mas também possibilitou, por meio das cotas e Prouni, a aquisição de capital cultural por parte daqueles que historicamente não têm capital econômico suficiente para cursar as melhores escolas e usar o tempo somente para estudar. Desta forma, o Estado brasileiro, na figura de governos progressistas, desencadeia reações e manifestações contrárias da branquitude representada pelas classes mais abastadas, conservadoras e brancas da sociedade.

Os conflitos raciais na universidade se intensificam e podem ser verificados pelo aumento das pichações racistas que são feitas nos *campi* das universidades e são publicizadas, principalmente, pelos portais de notícias. Uma breve pesquisa realizada no site de buscas Google em 04 de janeiro de 2018 produziu dois resultados. O primeiro resultado foi em relação aos termos de busca apresentados a seguir:

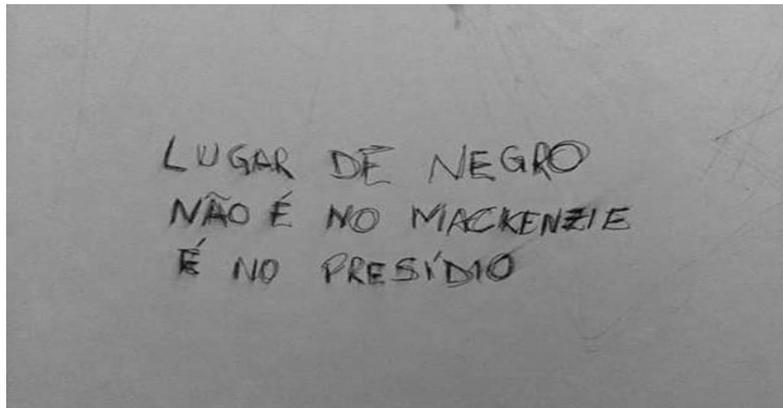
a) com o termo de busca “pichações racistas”, escrito entre aspas no buscador, foram obtidos 12.500 resultados, sendo que a maioria dos primeiros 200 *links* são de portais de notícias com datas de publicação entre os anos de 2015, 2016 e 2017.

b) com os termos de busca “pichações racistas universidade”, escrito sem as aspas no buscador, foram obtidos 49.500 resultados, sendo que a maioria dos primeiros 200 *links* são de portais de notícias com datas de publicação entre os anos de 2015, 2016 e 2017.

c) com os termos de busca “racismo universidade”, escrito sem as aspas no buscador, foram obtidos 456.000 resultados de fontes variadas.

O segundo resultado foi a identificação, por meio da busca realizada no Google, de quais universidades foram alvos das pichações racistas. A pesquisa mostrou que foram majoritariamente universidades públicas e somente uma não-pública de caráter comunitário, a Universidade Presbiteriana Mackenzie. O caso mais antigo encontrado foi o da UERJ, em 2010, que, coincidentemente, foi a primeira IES a adotar o sistema de cotas no ano de 2003. As universidades públicas pichadas e identificadas na busca foram as seguintes: Unesp Bauru, Unesp Marília, Unesp Franca, Unesp Ourinhos, Unicamp, UFABC, UFSM, IFSP *campus* Avaré, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), UFRJ, USP Leste, USP Ribeirão Preto, UFSC, UERJ, UFRGS, UFPR e UFS. Vale frisar que as pichações, na maioria dessas IES, não são casos isolados, isto é, são recorrentes e acompanhadas de outros atos racistas por parte da comunidade acadêmica.

Algumas das imagens dessas pichações são apresentadas a seguir. Talvez uma das pichações mais emblemáticas, a que foi feita na Universidade Mackenzie em 2015 dizia que “Lugar de negro não é no Mackenzie, é no presídio” (ver Imagem 1). A primeira parte da frase “Lugar de negro não é no Mackenzie” demonstra alto grau de segregacionismo e limpeza étnica, e a segunda parte “é no presídio” demonstra um autoritarismo e uma presunção de poder que é capaz de determinar onde esses negros devem estar - apartados da sociedade – e, pelo simples fato de serem negros, são comparados e classificados como bandidos, assassinos, estupradores e traficantes. De forma geral, a frase indica uma postura ideológica nazifascista.

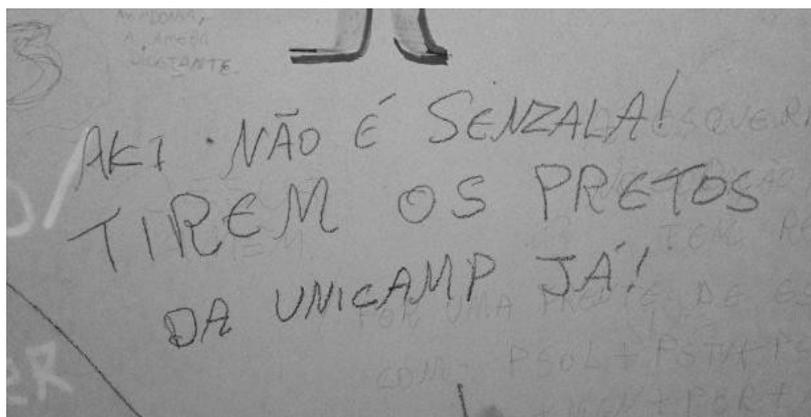


De maneira recorrente, no ano de 2016, outra frase racista foi pichada na Universidade Mackenzie, na qual o autor assume literalmente seu viés ideológico fascista como se fosse num grito de guerra “Ei preto, fascista também é mackenzista”.

Outro caso recorrente foi a pichação racista da Unicamp no ano de 2016, assim como a pichação de 2015 do Mackenzie, com forte teor autoritário e fascista. A frase dizia “Aki não é senzala! Tirem os pretos da Unicamp já!” (ver Imagem 2).

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/pichacao-racista-e-encontrada-em-banheiro-do-mackenzie-em-sp.html>> Acessado em: 04/01/2018.

Imagem 2 – Pichação racista na Unicamp - ano 2016



Fonte: extraído do site de notícias O Globo²

As pichações racistas de 2015 ocorridas na Unesp Bauru também são emblemáticas, pois, além de atacarem com ofensas as mulheres do coletivo negro da universidade, também ofendem o coordenador do Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão (Nupe), o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier , conforme se observa na Imagem 3, em que se lê “Juarez macaco”.

Imagem 3 – Pichação racista na Unesp Bauru – ano 2015



Fonte: arquivo pessoal de Juarez Tadeu de Paula Xavier reproduzida por G1³

2 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/casos-de-racismo-em-universidades-22476125>> Acessado em: 04/01/2018.

3 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/11/pichacoes-racistas-homofobicas-e-machistas-sao-encontradas-na-unesp.html>> Acessado em: 04/01/2018.

Em reação a esses ataques racistas dentro das universidades, multiplicaram-se os coletivos negros dentro das próprias universidades como forma de resistência e de construção da consciência social do negro. Mas uma reação em particular, no ano de 2015, chamou bastante a atenção do público nas mídias sociais e foi alvo de diversas matérias nos portais de notícias. A estudante de antropologia da Universidade de Brasília, Lorena Monique, iniciou um projeto bastante provocador em que mostra a persistência do racismo na sociedade brasileira, mas, principalmente, que o racismo está presente nas universidades. A campanha é composta por diversas fotos (ver Imagens 4 e 5) também disponíveis no site de notícias Hypeness⁴ e em outros sites e portais de notícias.

Imagem 4 – Não sou a favor de cotas, sou a favor da igualdade



Fonte: extraído de <http://www.hypeness.com.br>

4 Disponível em: <<http://www.hypeness.com.br/2015/04/serie-fotografica-denuncia-o-racismo-dentro-de-uma-das-maiores-universidades-do-brasil/>> Acessado em: 04/01/2018.

Imagem 5 – Não sou racista, tenho até amigos negros



Fonte: extraído de <http://www.hypeness.com.br>

As frases das imagens postadas pela estudante Lorena Monique resumem de maneira muito objetiva toda a sorte de ataques e falas racistas sofridas pelos estudantes negros na universidade e na sociedade em geral. Destaca-se a frase da imagem 4, “Não sou a favor de cotas, sou a favor da igualdade”, que aborda a contrariedade às cotas raciais e que, de maneira contraditória, é a favor da igualdade, como se as cotas não fossem uma forma de busca por igualdade. A frase da imagem 5, “Não sou racista, tenho até amigos negros”, é um clássico dentre os racistas que acreditam não ser racistas e que parecem ignorar que, nesse discurso, está subentendida uma concessão do branco ao negro, permitindo-lhe ser seu amigo, e isso se caracteriza como uma maneira de propagação da branquitude.

Um caminho possível para explicar os atos racistas é tentar compreender o que indivíduos racistas pensam e sentem, ou como fazem para defender a condição da branquitude. O mais rico se sente ameaçado pela possibilidade de perda de privilégios, e os mais pobres, por uma suposta possibilidade futura de não os ter. Essa possível ameaça presente ou futura se traduz em medo que, por sua vez, materializa-se em manifestações de ódio.

Schucman (2014, p. 128-131) aborda a questão do medo branco nas entrevistas por ela conduzidas em sua pesquisa doutoral. As falas dos entrevistados contrários às cotas raciais nas universidades demonstram ser contraditórias e irracionais, pois evidenciam aquilo que já se sabe: “brancos obtêm privilégios e reconhecem o racismo”.

Contudo, quando a pesquisadora pergunta como reparar essas iniquidades, parece que os entrevistados negam aquilo que acabaram de afirmar, pois os dois entrevistados “argumentaram que o problema do Brasil e da desigualdade é um problema de classe social que pode atingir a todos, e aí o discurso do mérito de que todos somos iguais reaparece”.

Nesse ponto, cabe a seguinte pergunta da autora: o que faz com que, em um primeiro momento, as mesmas pessoas que reconhecem os privilégios raciais dos brancos e o racismo, em seguida neguem o seu próprio discurso quando existe a possibilidade de que uma política pública crie direitos aos negros e, ao mesmo tempo, os brancos venham a perder alguns de seus privilégios? Schucman responde sua própria pergunta com outra pergunta e de maneira hipotética: “Será que estas falas de sujeitos no início do século XXI repetem e dão continuidade ao ‘medo branco’ do período da abolição e pós-abolição?”, conforme apontado por Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) no livro *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*.

Schucman afirma ter se utilizado do pensamento de Azevedo (1987) por pensar que, assim como no período da abolição, “o Brasil branco de hoje tem medo da possibilidade da inclusão do negro em posições e cargos de poder”, pois, lá como cá, as cotas raciais não são entendidas como uma conquista dos movimentos negros, mas sim um assistencialismo concedido pelos brancos.

Schucman (2014, p.133-135) se utiliza de uma pichação racista para exemplificar como ocorre a reação do “medo branco”. A pichação, que pode ser vista na Imagem 6, ocorreu no dia 16 de outubro de 2011, na Escola Municipal de Educação Infantil Guia Lopes (atual EMEI Nelson Mandela⁵), localizada no bairro do Limão, Zona Norte da cidade de São Paulo. O muro da escola amanheceu pichado com a frase “vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas”, que era acompanhada da

⁵ A prefeitura da cidade de São Paulo alterou o nome da Emei Guia Lopes para Emei Nelson Mandela no dia 29/06/2016, atendendo à solicitação da população local e como resposta às pichações ocorridas nos anos de 2011 e 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/06/30/escola-alvo-de-pichacoes-racistas-em-sp-muda-o-nome-para-nelson-mandela.htm?cmpid=copiaecola>> Acessado em: 04/01/2018.

suástica nazista. A pichação foi em resposta às novas propostas pedagógicas que a escola vinha realizando, como a aplicação da Lei Nº 10.639/03, que prevê a inserção no conteúdo programático da temática afro-brasileira. Outra ação da escola foi a festa junina com motivos afro-brasileiros e as questões raciais que vinham sendo discutidas com os alunos.

Imagem 6 – Pichação racista no muro da EMEI Guia Lopes – atual EMEI Nelson Mandela



Fonte: extraído do *site* de notícias G1⁶

Com este exemplo, Schucman quer mostrar que a questão gira em torno da perda dos privilégios simbólicos adquiridos pelos brancos no sistema educacional brasileiro. Ideologicamente é possível que a escola sature aqueles que nela permaneçam com um ensino eurocêntrico baseado na história das populações brancas europeias e cristãs. Desta maneira, este tipo de escola privilegia sistematicamente que “sujeitos brancos se sintam inseridos na construção da cultura e do mundo, em detrimento das outras populações”.

⁶Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/10/muro-de-escola-na-zona-norte-de-sp-e-pichado-com-frase-racista.html>> Acessado em: 04/01/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, houve significativo aumento de jovens negros nos ambientes acadêmicos, fazendo com que surgissem pontos de tensão racial nos espaços tradicionalmente ocupados pelos brancos, como é o caso da universidade. Por um lado, a hostilidade do branco racista que, de maneira autoritária, picha nos muros das universidades que ali “não é lugar de preto, lugar de preto é no presídio”, do outro lado há a reação dos coletivos negros que lutam contra o racismo e por direitos para o negro deixar de ser “negro” e passar a condição de “homem negro”, conforme explica Frantz Fanon (2008), adquirindo a condição de ter seu par dialético, Eu e o Outro, não mais numa condição de submissão e subalternidade, e sim de igualdade, mesmo que seja por meio da contradição que levará a uma nova síntese.

A universidade, de maneira geral, amplifica a consciência racial e o aspecto de cidadania desse aluno negro e mostra a ele a contradição entre o discurso elitista/racista *vis à vis* a segregação e desigualdade a ele imposta. A universidade gera expectativa de uma vida melhor no futuro, de que é possível sonhar com conquistas econômicas e sociais, de ser respeitado, mas por outro lado desmascara os conflitos e contradições sociorraciais.

De maneira geral, a entrada de negros nas universidades gera alguma forma de conflito racial, o que não poderia ser diferente, já que a universidade é uma extensão da sociedade brasileira elitista e racista e também se configura como reflexo de uma hierarquização social e de relações discriminatórias. Contudo, a universidade se converte em uma microescala da sociedade, na qual qualquer tipo de ofensa racial ou discriminação é potencializado por relações sociais e políticas mais intensas e por processos segregacionistas e hierarquizados que sofrem maior resistência para serem mantidos.

Portanto, a universidade se constitui em espaço de tensão e de luta. Luta por direitos, por igualdade de raça, gênero ou classe. Viver a universidade é, portanto, ter a

possibilidade de construir pontes de sociabilidade. Pontes de mão dupla que interligam a realidade da periferia, do negro e do pobre a um mundo de oportunidades e privilégios desfrutados pelos brancos.

A sociabilidade produz uma nova condição e oportunidade de convívio multirracial como forma de romper as amarras criadas pelo racismo, pois o racismo, numa visão bourdiana, é uma estrutura estruturante das sociedades na medida em que mantém intacta a desigualdade e a segregação socioespacial de um lado e os privilégios do outro. O racismo é uma estrutura naturalizada na qual os negros têm renda menor que os brancos, não exercem determinadas profissões que são tipicamente de brancos e vivem segregados nas periferias pobres. Desnaturalizar o racismo significa desmontar as estruturas sociais, culturais e econômicas que determinam as condições de vida, o local de moradia e o tipo de trabalho exercido pelo negro. É, ainda, transformar o campo simbólico, quebrando os estereótipos, seja o do subempregado, do trabalhador braçal, do serviçal ou da empregada doméstica. Aqui cabe frisar que não há demérito algum para com aqueles que desempenham tais atividades.

Não basta o jovem negro frequentar a universidade, pois essa via, isoladamente, se mostra insuficiente para suplantar o racismo que obstrui a ascensão de classe por parte da população negra. Por meio das ações afirmativas (cotas raciais e Prouni), são atingidos padrões mais elevados de vida no sentido econômico, contudo o preconceito, a discriminação e o racismo se mantêm em função da ameaça que o negro passa a representar sob o ponto de vista da competição e da possibilidade real de conquista de *status*. Essa nova conformação social provoca a reação dos brancos na forma de discriminação com o objetivo de manterem seu *status quo* originário a partir da condição de privilégios como se fosse um direito adquirido. Neste exato momento, os valores liberais e os princípios meritocráticos tão alardeados são esquecidos pelo branco que se sente ameaçado.

Neste quadro, é a educação, associada aos movimentos raciais, ao antirracismo e às lutas políticas, que promoverá a mudança efetiva. Talvez essa seja a transformação mais assustadora àqueles que vivem de privilégios e herança, por estarem organizados

e protegidos por um sistema social e racial hierarquizado. Portanto a universidade é um espaço de liberdade de ideias e de transformação que proporciona ao jovem negro as condições mínimas e necessárias para a reflexão sobre sua realidade, produzindo efeitos que levem à consciência de raça e classe necessárias para que ele reivindique seus direitos e exerça seu protagonismo na sociedade, na educação e no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDAL, Alexandre e NAVARRA, Julia. “Uni por uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa”: deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**. Jul. 2014, nº 99, p. 65-87.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra medo branco**: o negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENEDITO, Mariana dos Santos. **Representatividade da mulher negra no Brasil**: visão e sociedade na comunicação. Monografia de graduação. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo: São Paulo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 9ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007a.

_____. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 9ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007b.

CREPALDE, N. J. B. F. e SILVEIRA, L. S. Desempenho universitário no Brasil: estudo sobre desigualdade educacional com dados do Enade 2014. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 04, No. 07. Jan. Jun, 2016.

FAHT, B.H. **Fatores que influenciam a escolha profissional do jovem universitário e sua visão a respeito da orientação profissional**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, SC, 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>> Acessado em: 29/11/2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Eduff, 2000.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 2ª ed. Brasília: IPEA, 2008.

PERRIN, Fernanda. Filho do topo tem 14 vezes mais chance de seguir nele do que pobre ascender. **Folha de S. Paulo-UOL**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1943334-filho-de-rico-tem-14-vezes-mais-chance-de-seguir-rico-do-que-pobre-ascender.shtml>> Acessado em: 03/01/2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SEMESP - Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015**. São Paulo: Convergência Comunicação: 2015.

SMPIR. **Igualdade racial em São Paulo**: avanços e desafios. Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial do Município de São Paulo. 2015.

TINEU, Rogerio. **Os jovens negros e universitários moradores da periferia da cidade de São Paulo: expectativas, conflitos e contradições**. Dissertação em Ciências Sociais. PUC-SP. São Paulo, 247 p. 2019.

TORRES, Haroldo (*et al*). Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.

SOBRE O AUTOR:

ROGÉRIO TINEU é Doutor em Ciências Sociais PUC-SP. Mestre em Ciências da Comunicação USP-ECA, especialista em Docência no Ensino Superior UNICID e graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Santo André. Coordenador do grupo de pesquisa em Consumo, Sociedade e Tendências do Laboratório de política, comportamento e mídia/Labô da PUC-SP. Professor bolsista - orientador dos trabalhos de conclusão do curso de pós-graduação lato-sensu em Políticas Públicas da Unifesp. Docente na Fapcom (Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação) e UNICID (Universidade Cida-de de São Paulo)

E-mail: tineu@bol.com.br